

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

WINNIE LUDMILA MATHIAS DOBAL

NARRATIVAS ESPACIAIS DO QUILOMBO DOS ALPES/ PORTO ALEGRE/ RS:  
instrumento de enriquecimento do ensino de Geografia, na busca de uma educação territorial  
antirracista.

Porto Alegre  
2015

#### CIP - Catalogação na Publicação

Mathias Dobal, Winnie Ludmila  
NARRATIVAS ESPACIAIS DO QUILOMBO DOS ALPES/ PORTO  
ALEGRE/ RS: instrumento de encrespamento do ensino  
de Geografia, na busca de uma educação territorial  
antirracista. / Winnie Ludmila Mathias Dobal. --  
2015.  
57 f.

Orientadora: Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto  
Alegre, BR-RS, 2015.

1. educação antirracista. 2. educação territorial.  
3. educação quilombola. 4. encrespamento. 5. mapa  
falante. I. Zeferino Pires, Cláudia Luísa , orient.  
II. Título.

WINNIE LUDMILA MATHIAS DOBAL

NARRATIVAS ESPACIAIS DO QUILOMBO DOS ALPES/ PORTO ALEGRE/ RS:  
instrumento de enriquecimento do ensino de Geografia, na busca de uma educação territorial  
antirracista.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao  
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada  
em Geografia e aprovado com conceito A em 18/12/2015.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Luísa Zeferino Pires.

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Nelson Rego – UFRGS

Prof. Dr. Nestor André Kaercher – UFRGS

## **DEDICATÓRIA IN MEMORIAN**

À minha avó Maria Helena Mathias Rosa, mulher, negra e periférica, por ter me presenteado com lembranças maravilhosas da infância, pelo cuidado e carinho e pela família que construiu para mim.

À minha tia Maria Oscarlina Mathias Rosa, pela militância e pela loucura, por ser referência para mim e para outros, pelos anos de luta no Movimento Negro.

À minha irmã Kateline Vieira Dobal, pela infância bonita que tivemos, que me presenteou com a sua passagem com força e combustível para a luta contra o racismo.

Às jovens e aos jovens negros, para que não haja mais derramamento do nosso sangue e das lágrimas de nossas mães.

## AGRADECIMENTO

As palavras escritas aqui, não valem o tamanho do meu reconhecimento. Porém, a materialização dessa trajetória, que não foi fácil, mas de felicidades também, traz a necessidade de lembrar alguns, pois não posso lembrar todos, que me foram importantes nessa caminhada.

Agradeço por me fazerem quem sou e por trilharem comigo os caminhos dessa vida.

A minha mãe Hilda, que é além de mãe, uma amiga, uma irmã, para quem eu corro e quem corre por mim e por quem eu voou.

Ao meu pai Rubens, por me fazer leitora, escritora e crítica, por me fazer voar.

A minha Tia Mara, por ser tão mãe minha quanto a minha é.

A minha tia Dete e João Antonio, por todos os ensinamentos e acolhidas, por serem mais que tios.

Aos meus primos, que são meus irmãos, por dividirem a infância comigo na Vila Ipiranga e na Restinga, que me fizeram ter experiências geográficas, antes mesmo de saber o que era Geografia e o que era segregação espacial racial.

À Sociedade Beneficente Africana Reino de Ogum e Oxum, por iluminar meus caminhos e alimentar meu espírito.

Aos amigos da Vila Nova, pelas tardes de ócio e principalmente pelas noites de caminhada desbravando o morro, o bairro, a zona sul, as festas e a minha adolescência.

As amigas Tassiana, Thama, Letícia, Thais e Gabriela, que atravessaram a infância em direção à adolescência comigo e me acompanham até hoje.

As flores, Juliana, Bárbara e Suhellen, pelas corridas, pelas manhãs, pelos jardins, pelas geos e pelos sambas.

Aos amigos geográficos, que são muitos, pelas viagens país a fora e pelas idas e vindas na cidade, que fazem desse porto: alegre.

À AGB e agebeanos, ao CARU e aos carudos e ao DAGE e dageanos pelas outras Geografias.

Aos amigos de corpos impuros, por darem espaço e território na Geografia aos lugares e corpos que não querem no mapa.

À professora Cláudia Pires, por professorar e ser “Cláudia e seus alunos”, dando sentido à academia.

Aos colegas de projeto, Lara, Marília, Matheus e Mateus, por acolher e grafar essas Geo-Grafias comigo.

As irmãs de pele e racismo, que fiz por sermos pretas, é nós por nós!

Ao Quilombo dos Alpes, em especial a Janja, a Karina, a Daiane e a Tamires, por viverem Geografia e compartilharem dela comigo.

Para vocês meu muito obrigada.

*Ontem, sentada frente ao espelho  
Ia cuidar dos meus cabelos  
Com o creme de alisamento*

*Abri o pote e o forte cheiro  
Adentrou-me as narinas tão violento  
Fazendo-me fechar os olhos  
Por um momento*

*Abri-os novamente e ela estava lá  
Sentada ao pé da cama a me mirar  
Pés e mãos acorrentados  
A lágrima no rosto a brilhar*

*De onde vem, sussurrei  
Do outro lado do mar  
O fedor aqui é tão forte  
Já não posso respirar*

*Ontem, sentada frente ao espelho  
Ia cuidar dos meus cabelos  
Esperava a chapinha esquentar*

*Estiquei a primeira mecha  
Mas, descuidada queimei a testa  
Senti a pele a latejar*

*Fechei os olhos, contendo a dor e o ódio  
E quando os abri, ela já estava lá  
Na bochecha uma cicatriz  
Quem lhe fez isso? Saber eu quis*

*Ela levantou-se e tocou minha queimadura  
Depois falou-me com ternura:  
Agora a qualquer lugar onde eu for  
Saberão sempre quem é meu senhor*

*Ontem sentada frente ao espelho  
Resolvi amar os meus cabelos  
Sussurrei seu nome com zelo  
Esperei ela se sentar*

*Ela se achegou sem receio  
Recostou minha cabeça em seu seio  
Começou a pentear*

*A cada mecha, a cada trança  
Uma memória, uma lembrança  
Que o medo não pode apagar*

*(Aline Djokic, 2013)*

## RESUMO

O objetivo do trabalho é o de propor uma educação territorial antirracista a partir da produção de material didático-pedagógico, que enrespe os currículos de Geografia, sobre as narrativas espaciais da comunidade quilombola Quilombo dos Alpes. Analisando e compreendendo os saberes e fazeres da comunidade quilombola em questão, assim como sua geografia histórica, para então possibilitar a geração de materiais didáticos, que sirvam como instrumento de enrespamento do ensino de Geografia e o tensionamento perante o sistema público de ensino do município de Porto Alegre, para implantação de uma educação antirracista e implementação prática da Lei 10.639/03. Discutindo os processos de exclusão e mutilação escolar dos educandos negros, reflexo de uma organização social racista e do mito de democracia racial, fundamento de construção e imagem da sociedade brasileira, discutindo também a Lei 10.639/03 dentro do ensino de Geografia, a partir do pressuposto de enrespamento. Assim como analisar as narrativas espaciais presentes na cartografia social do Quilombo dos Alpes como possibilidade de instrumentalização, enrespamento, para uma educação territorial antirracista. Compreendemos que as experiências escolares dos educandos negros, se dá de forma diversa a dos educandos não negros, reflexo da organização social e do racismo, acreditamos na possibilidade gerada pela comunidade do Quilombo dos Alpes, de enrespamento do ensino de Geografia, buscando uma educação territorial antirracista, tendo como instrumento cartografia social do Quilombo dos Alpes, Mapa Falante, baseada nas narrativas espaciais, tecidas a partir dos vínculos territoriais, marcadores territoriais e valores afro-civilizatórios da comunidade, possibilitando a permanência qualificada dos educandos negros no ambiente escolar, assim como auxiliando na legitimação da historicidade e geograficidade da comunidade quilombola na sociedade.

**Palavras-Chave:** educação antirracista, educação territorial, educação quilombola, enrespamento, mapa falante.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa de Localização do Quilombo dos Alpes em Porto Alegre .....	38
Figura 2 – Valores Civilizatórios Afro-brasileiros .....	50
Figura 3 – Mapa Falante: Quilombo dos Alpes – Pelas Trilhas do Quilombo.....	52

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Trabalho de Campo com estudantes de Geografia no Quilombo dos Alpes, outubro/2014.....	40
Foto 2 – Janja reconstruindo sua Casa onde viveu a infância, 2013. ....	41
Foto 3 – Roda de conversa com a Janja – Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, julho/2015. ....	42
Foto 4 – Reunião de avaliação 1ª versão do Mapa Falante – Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, setembro/2015.....	43
Foto 5 – Reunião de avaliação 1ª versão do Mapa Falante – Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, setembro/2015.....	44
Foto 6 – Atividade na EMEF Gabriel Obino, setembro/2014.....	45
Foto 7– Atividade na EMEF Gabriel Obino, setembro/2014.....	46
Foto 8 – Atividade na EMEF Gabriel Obino, setembro/2014.....	46
Foto 9 – Trilha Etnobotânica com professores da SMED - Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, julho/2015. ....	48

## **LISTA DE SIGLAS**

CARU	Coletivo de Apoio à Reforma Urbana
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LIAU	Laboratórios de Inteligência do Ambiente Urbano
NEGA	Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>MEU ENCRESPAMENTO DENTRO DA GEOGRAFIA</b> .....	13
Referencial Teórico-metodológico .....	16
<b>1. EXCLUSÃO E MUTILAÇÃO ESCOLAR</b> .....	20
1.1. Racismo brasileiro .....	20
1.2. Raça e espaço.....	23
1.3. Racismo escolar.....	26
1.4. A Lei 10.639/03 na busca do ensino de Geografia como educação antirracista .....	29
<b>2. ENCRESPAMENTO</b> .....	32
<b>3. QUEM ACOLHE E INSPIRA: O QUILOMBO DOS ALPES</b> .....	36
<b>4. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	39
4.1. Mapa Falante: instrumento de encrespamento do ensino de Geografia .....	44
4.2. Cartografia Social – Mapa Falante .....	49
<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55

## **MEU ENCRESPAMENTO DENTRO DA GEOGRAFIA**

O presente trabalho surge no início da minha trajetória escolar, quando me insiro no sistema de ensino. Sendo mulher, negra e pobre, foram poucas as oportunidades ou nulas, que tive de me perceber e perceber o povo negro brasileiro e porto-alegrense na história e geografia escolar. Essas oportunidades quando aconteciam, eram principalmente trabalhadas em sala de aula de forma não positiva, podendo dizer aqui, racista.

Hoje compreendo que a intenção desse trabalho (s)urge nas minhas aulas da infância, mas a compreensão de sua necessidade e da estrutura escolar se deu na minha inserção no ensino superior. Os prejuízos impostos a minha formação profissional, a minha identidade e a minha formação como cidadã, não são óbvios a um primeiro olhar, mas se tornam escuros, para não dizer claros, na reconstrução da minha trajetória escolar.

Para isso cabe detalhar aqui essa trajetória. No ano de 2009 ingresso na UFRGS no curso de Licenciatura em História, isso só foi possível devido a política de cotas, implementada no ano de 2008, após muita luta dos Movimentos Negros no país e na cidade de Porto Alegre. Após dois anos de insatisfações e decepções, provavelmente oriundas, principalmente, da diferenciação de formação prévia entre mim e meus colegas e a falta de assistência da Universidade posterior ao ingresso. Opto por trocar de curso e no ano de 2011 ingresso na Geografia. Já havia um contato entre mim e a Geografia desde 2009, pois cursava simultaneamente Geografia na PUC-RS. No ano de 2011 fui convidada pelos membros do CARU a participar de um projeto de extensão em dois quilombos de Porto Alegre.

Pouco sabia sobre quilombos, mas muito aprendi com os colegas, desenvolvendo cartografia social e pesquisa-ação dentro do projeto, Cartografia Social em Quilombos Urbanos: Família Fidélis e Silva. Esse é o marco acadêmico do início desse trabalho, pois nele tive contato com algumas das comunidades quilombolas da cidade, com a Frente Quilombola - RS e também com a pouca produção acadêmica presente na Geografia sobre o tema. Já no ano de 2014 junto à professora Cláudia Pires e demais colegas, inicio novos projetos de extensão junto à comunidade quilombola do Quilombo dos Alpes, na cidade de Porto Alegre, Tambores de Oxum: Geo-Grafias e Educação Quilombola e Mapas Falantes: o Descobridor-Caminhos de Territorialidades de Resistências no Quilombo dos Alpes/Porto Alegre/RS, projeto desenvolvido dentro do Laboratório NEGA da UFRGS.

Junto ao percurso do conhecimento, se dá também um percurso de estética. Até os 19 anos alisava os cabelos e a chapinha era uma companheira presente. O meu contato com a

questão negra na Geografia e na educação se dá intrínseca e paralelamente junto ao crescimento dos meus crespos. Daí deriva o termo encrespar, que vai além da estética, termo que representa para mim, o meu entendimento como ser social negra e o reconhecimento e reconstrução da minha identidade e também a construção e emergência da trajetória da temática negra nas questões do ensino. Considerando que a escola se configura como um espaço racista, reflexo da sociedade e do seu racismo estrutural. Sociedade baseada em perspectiva racista, que constrói territórios alisados e homogeneizados, onde a questão negra é invisibilizada ou tratada negativamente, tendo a sua contribuição não lembrada e a sua presença não desejada. Me encrespo junto ao encrespamento da educação. Encrespamento que surge a partir da luta do Movimento Negro, na busca de uma educação igualitária, que tem como principal instrumento a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade nos currículos da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira.

Encontro-me em um momento de privilégio em relação ao conhecimento formal e institucional das minhas origens. Entretanto percebo a necessidade de inserção dessas questões dentro das salas de aulas, para além de leis em vigor, pois se analisarmos os indicadores de analfabetismo e evasão escolar da população negra em relação à população branca, percebe-se alto índice de diferenciação entre as duas populações. As altas taxas de evasão e analfabetismo escolar da população negra refletem como a inexistência de uma democracia racial interfere dentro das salas de aula junto ao racismo. Segundo Munanga:

[...] o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. (2005, p. 16)

Para que nenhum jovem negro se perceba invisível ou negatizado nas aulas de Geografia, faz-se necessário ir além da promulgação de leis, propor formações para professores e materiais didáticos antirracistas. Lembrando que o racismo é produzido por brancos, a necessidade se dá também para que não haja mais brancos racistas.

Apesar do percurso desse trabalho ter se iniciado anos atrás dentro de mim, o trabalho em questão vai tratar especificamente dos últimos passos dados na minha formação acadêmica. Passos que se configuram a partir do trabalho desenvolvido no Projeto Tambores de Oxum: Geo-Grafias e Educação Quilombola e Mapas Falantes: o Descobridor-Caminhos de Territorialidades de Resistências no Quilombo dos Alpes/Porto Alegre/RS, junto a eles o

tensionamento e as inquietações referentes ao ensino, oriundas dos meus anos na educação básica.

Proponho aqui uma educação territorial antirracista a partir da produção de material didático-pedagógico, que encrespe os currículos de Geografia, sobre as narrativas espaciais da comunidade quilombola Quilombo dos Alpes.

Segundo o Estudo quanti-qualitativo da População Quilombola do município de Porto Alegre/RS de 2008, a cidade se destaca como pioneira na emergência de comunidades remanescentes em território urbano, fato extremamente interessante quando a representação principal que se tem do Rio Grande do Sul é de “Europa brasileira”, representação que invisibiliza a população negra tanto em sua formação social, histórica e territorial, quanto no sistema de ensino. A disputa territorial na cidade que vai além da situação dos territórios quilombolas e perpassa por todos os territórios negros e corpos negros, afeta tanto o local de moradia, quanto o acesso à educação e se considerarmos a existência na cidade de no mínimo cinco quilombos urbanos, sendo quatro deles o Quilombo Família Silva localizado no bairro Três Figueiras, o Quilombo Família Fidélis localizado no bairro Azenha, o Quilombo do Areal localizado no bairro Menino Deus, o Quilombo dos Alpes localizado no bairro Glória, alta é a segregação espacial da cidade, porém alto também é o potencial dessa configuração territorial para valorização, resgate e preservação dos saberes e fazeres produzidos dentro dessas comunidades.

Apesar da necessidade e vontade de um estudo mais amplo, que abranja todas essas comunidades quilombolas e seus saberes e fazeres, suas geografias, me debruçarei nos conhecimentos produzidos a partir da trajetória de ocupação do morro dos Alpes presente no Quilombo dos Alpes, busca-se ter como fio condutor a ideia de que os produtores desse conhecimento são necessariamente os moradores dessa comunidade, gerando narrativas espaciais sobre a resistência e existência dos mesmos na cidade.

Assim, o trabalho tem como objetivo analisar e compreender os saberes e fazeres da comunidade quilombola em questão, assim como sua geografia histórica, para então possibilitar a geração de materiais didáticos, que sirvam como instrumento de encrespamento do ensino de Geografia e o tensionamento perante o sistema público de ensino do município de Porto Alegre, para implantação de uma educação antirracista e implementação prática da Lei 10.639/03. Sendo os objetivos específicos para realização desse trabalho:

1. Discutir processos de exclusão escolar de educandos negros;

2. Discutir a Lei 10.639/03 dentro do ensino de Geografia a partir do pressuposto do “encrespamento” na educação;
3. Analisar as narrativas espaciais presentes na cartografia social do Quilombo dos Alpes como possibilidade de instrumentalização, encrespamento, para uma educação territorial antirracista.

Deste modo, os capítulos que seguem visam à discussão da produção desse material e a sua necessidade. O primeiro capítulo discorre sobre exclusão e mutilação escolar dos alunos negros, derivadas do racismo estrutural da sociedade, inserido, refletido e produzido dentro do sistema de ensino, a partir de uma perspectiva geográfica. O segundo capítulo traz a discussão dos principais conceitos para elaboração do pressuposto de *encrespamento*. O terceiro capítulo localiza e apresenta quem acolhe e inspira esse trabalho, o Quilombo dos Alpes. O percurso metodológico trilhado nesse trabalho está exposto no quarto capítulo, assim como os métodos utilizados. As narrativas espaciais da comunidade quilombola e seus marcadores territoriais estão expostas no quarto capítulo, juntamente com a exposição dos resultados prévios do trabalho, que se materializam na produção da cartografia social, Mapas Falantes e livro conto. O trabalho se encerra, porém sem fim, pois vem na ideia de contribuição ao debate de propostas ao tema racial na Geografia.

### **Referencial Teórico-metodológico**

Para a compreensão e construção teórica do trabalho utilizarei da noção de raça, como categoria social, baseada nos trabalhos desenvolvidos por Munanga (2004), onde essa noção é fundamentada em categorias mentais construídas a partir de discursos ideológicos de dominação e hierarquização social, considerando que geneticamente e biologicamente foi comprovada à inexistência de raças, entretanto permanece uma noção social de raça:

[...] no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se produzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2004, pg. 22)

Junto á isso, para compreensão do racismo escolar, ou seja, da sua reprodução dentro dos ambiente escolares, seguirei a noção desenvolvida por Fernandes (1995), onde se



compreende como base da sociedade brasileira, o mito de democracia racial, que perpetua um imaginário coletivo, de que negros e brancos vivem num país de igualdade racial, onde as relações de cidadania se dão de forma equivalente, ou seja, a negação de uma sociedade racista, afeta diretamente os ambientes escolares, tanto ao negar quanto ao reproduzir o racismo.

A articulação entre racismo e espaço, é trabalhada a partir da compreensão do racismo como ideologia geográfica, baseada nos temários desenvolvidos por Renato Emerson dos Santos sobre a Lei 10.639/03 e o ensino de Geografia, onde se entende a Geografia como instrumento fundamental de construção, representação e reprodução de visões de mundo racistas, em sua maioria. Trabalhamos as noções de *geopolítica das identidades*, fator fundamental de estruturação do racismo na sociedade, que disseminou a hierarquização social e espacial a partir das raças, a *segregação sócio espacial nos meios urbanos*, limitada pela raça, onde a configuração espacial urbana estabelece para a população negra espaços periféricos e baseamos também nas *experiências espaciais*, ou seja, nas leituras feitas do corpo negro e pelo corpo negro pelo/no espaço, experiências que são diversas do corpo branco em função das ações do racismo.

A partir dos pressupostos estabelecidos para a articulação entre racismo e espaço, trabalho, utilizando termo desenvolvido por Milton Santos (1996/1997), a mutilação escolar dos jovens negros, como um dos muitos fatores de mutilação da população negra, utilizo como fundamento dados censitários em relação à educação. Exponho algumas das formas que o racismo se manifesta no ensino de Geografia, a partir dos temários desenvolvidos por Renato Emerson dos Santos.

No que se refere ao entendimento da Geografia como uma educação territorial antirracista, parto das possibilidades elencadas por Renato Emerson dos Santos, a partir da Lei 10.639/03. Em relação ao desenvolvimento do ensino de Geografia como educação territorial, utilizo da concepção desenvolvida por Costa e Maciel, que estabelece a educação territorial como objetivo de entender as formas de apropriação do espaço, as tensões decorrentes dessas apropriações, os processos sociais, culturais e econômicos na constituição desses territórios e dos impactos provenientes dessa multiplicidade de apropriações, onde o fazer educação territorial significa “[...] além de acessar e entender os grupos territoriais, promover um entendimento tanto da sua condição territorial (interno), como de outras condições (externos). Isso se demonstra extremamente importante no contexto espacial atual, que se caracteriza como múltiplo e conflituoso.” (COSTA; MACIEL, 2006, pg. 136)

Busca-se então a partir do entendimento de educação antirracista de Renato Emerson dos Santos juntamente com o entendimento de educação territorial de Costa e Maciel, o ensino de Geografia territorial antirracista. Pois é necessário evidenciar as disputas territoriais as quais a população negra está submetida, assim como a forma de sua apropriação sobre o território para possibilitar um ensino antirracista, que valorize as resistências á essa disputa e os múltiplos processos históricos, geográficos, culturais da população negra sobre o espaço para a construção de uma educação territorial antirracista.

No que refere-se à construção do pressuposto de encrespamento partimos de algumas noções geográficas. A primeira delas apresentada por Renato Emerson dos Santos (2007, p. 35) é a de *alisamento (analítico) do espaço* juntamente com a noção de *rugosidade* de Milton Santos (2006, p.92) nos coloca em debate como o ideário de um espaço homogêneo a partir de uma ótica branca invisibiliza as marcas, ou seja, as contribuições espaciais dos não brancos, aqui explicitamente, negros no espaço. A segunda é como o ideário de espaço liso constrói instrumentos de perpetuação e reprodução do mesmo, *cartografias lisas*. Desde os mapas do período mercantil, que localizavam a Europa no centro e topo do mundo até os mapas atuais, que perpetuam essa noção eurocentrada e racista, excluindo os negros, suas contribuições espaciais, sociais, culturais e resistências frente a um espaço homogeneizado. Essas por sua vez refletem na escala corporal, compreendendo o *corpo* como escala geográfica fundamental de leitura da população negra no espaço, da própria leitura do corpo negro sobre o espaço e dos outros corpos no espaço.

No que concerne a produção de material didático, para o ensino de Geografia como uma educação territorial antirracista, se utilizou da cartografia social como pesquisa-ação, no processo metodológico de construção desse trabalho. Cartografia que se dá a partir de referencias para o entendimento das narrativas espaciais da comunidade do Quilombo dos Alpes, como o conceito de narrativa espacial abordado por Boj e Díaz. Onde narrativa espacial refere-se a histórias contadas conjuntamente com espaços e pessoas, ou seja, histórias de pessoas ligadas ao espaço, para Boj e Díaz (2013, p. 133), são aquelas histórias que se desenvolvem “[...]a partir de los vínculo reales con el espacio físico, es decir, el relato se construye y se desarrolla en relación a lugares físicos por los que tenemos que transitar para poder acceder a las distintas partes de la historia[...]”, pois quando experimentamos uma narrativa espacial, experimentamos as imagens, sensações, sons, que aquele espaço oferece, os símbolos, as vivências, emoções e memórias do narrador.

A partir da abordagem conceitual de vínculos territoriais de Heidrich (2006), que são ações e/ou práticas sociais de condução da vida, expressas na apropriação, valorização e consciência do espaço são tecidas as narrativas espaciais da comunidade, que materializam os marcadores territoriais da mesma. A noção de marcadores territoriais é abordada aqui a partir do exposto por Henrique (2004), onde os marcadores são a materialização simbólica da relação da comunidade com o território, necessários a criação, manutenção e reforço da identidade, fornecendo ao território garantia de autonomia coletiva e de reconhecimento e respeito.

O material didático, apresentado como possibilitador, do encrespamento do ensino, na busca de uma educação territorial antirracista, foi desenvolvido a partir da interconexão entre os vínculos territoriais da comunidade, materializados e simbolizados nos marcadores territoriais e tecidos na narrativa espacial da comunidade, juntamente com as orientações educacionais do projeto “A cor da cultura”, que é baseado na concepção de valores civilizatórios afro-brasileiros de Azoilda Trindade (2010), compreendidos por nós como valores afro-civilizatórios, são valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de viver, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, religião, na nossa pele, etc. fundamentos morais, éticos e comportamentais, que foram implantados, instituídos, e marcados nos valores da sociedade brasileira, de forma material e imaterial, pelos africanos e seus descendentes. Assim os marcadores territoriais da comunidade quilombola se constituem como princípios e normas corporeificadas em conjuntos de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais nos processos históricos, social, cultural e geográfico da nossa sociedade. Alguns desses valores são elencados por Trindade como os do Axé – energia vital, da oralidade, da circularidade, corporeidade, musicalidade, cooperatividade, religiosidade, ancestralidade, ludicidade e memória.

## 1. EXCLUSÃO E MUTILAÇÃO ESCOLAR

### 1.1. Racismo brasileiro

*“Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite.”*

*(Nelson Rodrigues)*

Para entender o racismo dentro do ambiente escolar, é necessário compreender a construção do racismo e sua perpetuação como estrutura social. Para isso, devemos compreender como se originou a classificação social racial e como se deu a sua perpetuação como estrutura social no nosso país.

Segundo Kabengele (MUNANGA, 2004), a noção de raça, que perpetua o racismo até os dias de hoje, é fundamentada em categorias mentais construídas a partir de discursos ideológicos de dominação e hierarquização social.

Os primeiros empregos do conceito de raça serviram para classificar biologicamente a diversidade humana entre diferentes grupos com características físicas diversas. A partir do século XVIII, o principal critério de classificação das raças foi estabelecido como a cor da pele, dando origem a divisão da espécie humana entre raça branca, negra e amarela.

Entretanto, a classificação humana por características morfológicas, foi considerada inoperante pelos cientistas biológicos, considerando eles então, que biologicamente e cientificamente as raças não existem. Devido ao progresso da ciência biológica que passa a conceber que o sangue, a genética humana, estabelece maiores critérios de classificação para além da cor da pele, formato do nariz, crânio, lábios, etc., o que dá origem a outras divisões e subdivisões raciais, além das três raças estabelecidas. Porém, a comprovação científica da não existência de raças biológicas, não foi suficiente para o fim da classificação humana por meio delas, pois foram atribuídos pelos cientistas valores e características morais as características físicas estabelecidas pelas raças, dando justificativa e legitimidade a um sistema de dominação racial, como evidencia Munanga, os cientistas:

[...] se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e

culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2004, p. 21)

A partir disso, mesmo com a negação da biologia da existência de raças, a hierarquização estabelecida entre elas ganha força nas relações sociais, estabelecendo raças sociais, categorias mentais de classificação e hierarquização social, nas representações e imaginários coletivos.

É o caso do racismo brasileiro, fundamentado na estrutura de hierarquização social a partir da cor da pele, onde o corpo negro é passível de escravização. Ampara, o que Abdias do Nascimento, em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado* (1978), considera como genocídio do negro, desde a escravização de africanos até os esforços de branqueamento da população brasileira.

Iniciado no período escravocrata com a vinda forçada de negros trazidos do continente africano para o Brasil, o genocídio se dá desde as mortes no percurso até a utilização da força de trabalho negra em trabalho escravo. Assim os negros estão fadados a morrer, de trabalhos extenuantes, de homicídios gerados como punição por trabalho não realizado ou mal feito na visão dos escravocratas ou até mesmo devido às fugas, forma encontrada para resistência ao sistema escravocrata, assim como o suicídio. Com o fim da escravidão, os governantes veem a necessidade de diminuição da população negra, ou seja, de um branqueamento da população brasileira. Para isso fazem uso de políticas de imigração de brancos europeus para o Brasil e de miscigenação da população brasileira.

Essas políticas se iniciam no período escravocrata, com o estupro das mulheres negras escravizadas gerando filhos pardos, não negros na visão dos governantes e se encerram com a promulgação de legislações de imigração com o intuito de preservar uma composição europeia da nação, onde negros foram excluídos do processo, possibilitando somente a vinda de brancos para o país. As políticas de imigração geraram outras formas de exclusão, assim como políticas de assistência para a população branca recém chegada e a exclusão da população negra no sistema de assistência e cidadania institucional.

A noção de branqueamento da população brasileira se dá a partir do genocídio da população negra. Genocídio velado, principalmente nos dias de hoje, na construção de um

mito de democracia racial brasileiro. O mito de democracia racial é o principal instrumento de perpetuação do racismo brasileiro. É a partir do imaginário coletivo, de que negros e brancos vivem num país de igualdade racial, ou seja de uma negação de uma sociedade racista, que esse se perpetua e mantém o genocídio da população negra.

Consideramos aqui que o mito de democracia racial tem seu fundamento com a instauração da Abolição da Escravatura e o início de um Estado republicano. É na transição do sistema escravocrata, de dominação senhorial dos brancos sobre os negros, para um sistema democrático entre as raças, de igualdade entre os negros e brancos, que se dá o início do atual ajustamento social racial dos brancos. Pois como dar fim ao modelo de sociedade onde os negros eram tratados como mercadoria pelos brancos para uma sociedade onde negros e brancos são iguais, somente a partir de determinações legais, como alerta Fernandes “[...] no passado a igualdade perante *Deus* não prescrevia escravidão, no presente, a igualdade perante a *Lei* só iria fortalecer a *hegemonia do homem branco*.”(FERNANDES, 1995, p. 24). O que gera então o que Fernandes considera como uma *acomodação* das elites dirigentes, permitindo que os mesmos:

[...] fechassem os olhos, quer diante do drama coletivo da *população de cor*, quer diante das obrigações imperiosas que pesavam pelo menos sobre os ombros dos antigos proprietários de escravos – para não se falar nada sobre os riscos que corre o regime democrático onde se perpetuam diferenças rigidamente aristocráticas na mentalidade e nos costumes dos homens. (FERNANDES, 1995, p. 24)

Essa *acomodação* da população branca, a partir do pressuposto de igualdade entre as raças, ou seja, de igualdade de direitos e acesso a assistência, permitiu a manutenção da dominação dos brancos sobre os negros. Dominação disfarçada no imaginário de democracia racial, que perpetua até os dias de hoje, com a consolidação de ideias, a partir do que Fernandes (1995, p. 25) denomina como uma *técnica de forjamento de uma consciência falsa* da realidade racial brasileira, sendo elas as de que o negro não tem problemas no Brasil; que a índole do brasileiro não é racista, não existindo distinções raciais entre negros e brancos; que as oportunidades de acumulação de riqueza, prestígio social e poder, são indistintas e igualmente acessíveis; de que os negros estão satisfeitos com sua condição social e estilo de vida e por fim de que não existe e nunca existirá outro problema de justiça social, sem ser a escravização dos negros, problema resolvido com a Abolição e o regime democrático republicano. Junto a isso atribuindo a responsabilidade dos problemas da população negra à pura e simplesmente problemas de desigualdade social e isentando o “[...] *branco* de qualquer

obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro” (FERNANDES, 1995, p. 25).

Sendo assim, o mito de democracia racial é o instrumento que fundamenta o racismo brasileiro, a não aceitação de um racismo estrutural na nossa sociedade possibilita a não efetivação de uma democracia racial, ou seja, possibilita uma desigualdade entre negros e brancos em todas as esferas da cidadania. Onde negros tem o menor salário, segundo estudo do IPEA, Igualdade Racial no Brasil: Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes (2013), tendo como grau máximo de rendimento médio o trabalhador homem-branco, os homens negros em 2010 tinham rendimento médio equivalente a 52% do rendimento do homem branco e as mulheres negras a 38,5%; em relação à educação segundo o mesmo estudo em 2010 no total da população com nível escolar de Ensino Médio havia 54,3% de brancos e 44,2% de negros, já com nível superior havia 73,2% de brancos e 24,7% de negros; já em relação à violência o Mapa do Encarceramento de 2015, apresenta dados de que em 2012 60,8% da população prisional era negra e o Mapa da Violência de 2012: A cor dos homicídios no Brasil traz dados de que em 2010 do total de homicídios ocorridos no Brasil, desses 71,1% ocorreram com a população negra, a vitimização da população negra ocorre também se considerarmos a violência contra a mulher, segundo o Mapa da Violência de 2015: Homicídio de mulheres no Brasil, houve uma queda de 9,8% dos feminicídios das mulheres brancas para um aumento de 54,2% das mulheres negras no período de 2003 à 2013. Os dados apresentados são a prova necessária para a declaração do mito de democracia racial, não existe democracia racial no Brasil, para além da construção do imaginário cômodo de uma sociedade multicultural e multirracial com acesso a cidadania e direitos equivalentes.

## 1.2. Raça e espaço

*[...]Naquele dia  
preparei a carapinha para enfrentar  
a monotonia da paisagem da estrada  
soltei os grampos e segui  
de cara pro vento, bem desaforada  
sem esconder volumes nem negar raízes*

*Pura filosofia  
meu cabelo escuro, crespo, alto e grave  
quase um caso de polícia  
em meio à pasmaceira da cidade*

*incomodou identidades e pariu novas  
cabeças*

*(Cristiane Sobral)*

Compreendendo o racismo como instrumento de estruturação da sociedade, ou seja, pilar ideológico da construção social brasileira, é necessário expor sua relação com o espaço, a sua espacialização e as consequências da mesma. Pois consideramos o racismo como uma *ideologia geográfica* (MORAES, *apud* RATTTS, 2010, pg. 126). Muitas são as relações que podemos fazer entre racismo e geografia, me deterei aqui as que considero cruciais para o branqueamento do ensino de Geografia, para a estruturação das relações raciais dentro do ambiente escolar e para a construção dessa proposta de educação antirracista. Baseada nos temários desenvolvidos por Renato Emerson dos Santos sobre a Lei 10.639 e o ensino de Geografia, compreendo a Geografia como instrumento fundamental de construção, representação e reprodução de visões de mundo, em sua maioria interpretadas e fundamentadas de forma eurocêntrica e hegemônica, na minha concepção racistas. Sendo a primeira delas, a noção de *geopolítica das identidades*, fator fundamental de estruturação do racismo na sociedade, que disseminou a hierarquização social e espacial a partir das raças, a segunda delas, a *segregação sócio espacial nos meios urbanos*, limitada pela raça, onde a configuração espacial urbana estabelece para a população negra espaços periféricos, impossibilitando ou dificultando o acesso aos espaços de poder, de riqueza e as políticas e direitos públicos sociais e a última delas, baseada nas *experiências espaciais*, ou seja, nas leituras feitas do corpo negro e pelo corpo negro pelo/no espaço, experiências que são diversas do corpo branco em função das ações do racismo, que possibilitam vitimizações da população negra e privilégios para a população branca no espaço.

A *geopolítica das identidades* se dá fundamentada na hierarquização das raças, onde para cada continente geográfico foi atribuído uma raça, a partir de uma visão eurocêntrica do mundo. Munanga (2004) expõe a divisão feita por Lineu que determina o Americano como sendo moreno, o asiático como amarelo, o africano como negro e o europeu como branco, determinando assim uma geografização da noção de raça. Essa noção, construída a partir de uma visão de mundo sobre o outro, eurocêntrica, que relaciona características físicas, morais e psicológicas a lugares, reproduz a hierarquização das raças e a naturalização das mesmas. Dando poder social e econômico aos grupos historicamente tidos como desenvolvidos e dominantes e invisibilizando a diversidade existente nos lugares, ou seja, dizendo que só



existe negros na África, brancos na Europa, amarelos na Ásia e índios na América, invisibiliza, por exemplo, o negro na formação social histórica e geográfica do Brasil e suas diversas espacializações e contribuições no resto do mundo. A construção de uma *geopolítica das identidades* permite a perpetuação de um ordenamento sócio espacial onde a posição de poder é determinada aos brancos e a naturalização do mesmo determina o espaço do negro na sociedade, espaço de desigualdade racial, uma posição de subalternidade, submissão e invisibilidade, estabelecendo assim o modelo de relação da sociedade, como evidencia Santos:

Têm papel crucial nas relações raciais, no racismo e nas desigualdades raciais que se constroem e aparecem no plano das interações cotidianas entre indivíduos e grupos (ver Sansone, 1996), na construção da lógica e comportamento de instituições (ver Bento, 2002), na definição do acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade (ver Hintzen, 2007, e Paixão, 2003). Sustentam, também, a naturalização das práticas que configuram o racismo e as suas conseqüências sociais – sobretudo, as chamadas desigualdades raciais -, com os quais aprendemos e acostumamos a viver e conviver. (SANTOS, 2011, p. 12)

Essa noção perpassa das relações sócias para dentro do ambiente escolar, tendo a Geografia, como importante instrumento, pois se é a partir dela que compreendemos as leituras do mundo, é a partir dela também que as leituras racistas se disseminam dentro do ensino.

Outra relação que podemos estabelecer entre raça e espaço, que interfere diretamente o ambiente escolar e o acesso a ele, é a de *segregação sócio espacial*. Segregação determinada pela cor, se analisarmos o caso brasileiro, devemos considerar, a partir dos processos de urbanização e gentrificação social, onde os pobres foram removidos dos centros das cidades para as regiões mais distantes, a maior parte da população periférica é negra. Determinado assim uma configuração espacial limitada pela cor, uma segregação espacial racial, o que segundo Santos (2011, p. 15) estabelece a “[...] construção de imaginários sociais que associam negritude a espaços pobres” até a “concretude da desigualdade racial espacializada do acesso a bens de consumo coletivo”. Isso afeta a forma como os alunos negros acessam um ensino de qualidade, acessam os espaços de socialização e política das cidades e a forma como a urbanização é tratada dentro do ensino de Geografia.

Já a noção de *experiências espaciais* evidencia a diferenciação das leituras feitas sobre o corpo negro no espaço e das leituras feitas do corpo negro sobre o espaço em relação ao corpo branco. É sabida a cor do suspeito padrão, conforme o Mapa da Violência de 2012: A cor dos homicídios no Brasil, o índice de homicídios é muito maior entre a população de

jovens negros do que entre a população de jovens brancos. Esse fato reflete da construção do imaginário social do indivíduo suspeito e das consequências do racismo, como a negação de acesso a emprego, a educação, a cultura, etc., marginalizando a população negra. O corpo negro é infernalizado, nos dizeres de Santos (1996), a sua cidadania é diferenciada da cidadania branca. Logo as suas *experiências espaciais* são influenciadas,

[...]por uma organização espacial das relações raciais: há contextos (temporal e espacialmente organizados) em que o dado racial é um elemento mobilizado como regulador das relações sociais e “contextos de interação” (Goffman, 1975) onde esse dado não é relevante – ambos podem se dar no mesmo “cenário” em momentos distintos, ou em distintos cenários ao mesmo tempo. (SANTOS, 2011, p. 15)

Em determinados espaços o corpo negro é bem vindo, normalmente quando esses espaços são de reprodução da apropriação cultural branca sobre a cultura negra, nesses espaços o corpo negro é desejado, assim como em espaços de reprodução da força de trabalho onde os brancos acham dignos para os negros. Entretanto nos espaços de poder, riqueza, cidadania e direitos sociais o corpo negro é indesejado. A concepção indesejada do corpo negro, afeta a forma como ele se relaciona com o espaço e como o espaço se relaciona com ele, afetando a sua sobrevivência e a forma como esse corpo é lido pelo ensino e dentro dos ambientes escolares.

### 1.3. Racismo escolar

*“Estudante negro  
quadro branco*

*olho no olho  
ou a escola  
não dá escolha  
a não ser  
encolher-se.”  
(Cuti)*

Segundo estudo do IPEA, que utilizou dados do Censo de 2010 do IBGE, apresentado no livro Igualdade Racial no Brasil: Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes (2013), cerca de 58% dos jovens brancos entre 15 e 17 anos frequentaram o Ensino Médio em comparação a 44% dos jovens negros. Se considerados os jovens alfabetizados na mesma faixa etária, cerca de 11% dos jovens negros estavam fora da escola, sem ter ao menos concluído o Ensino Fundamental frente a 7% dos jovens brancos, na mesma situação. Já no

Ensino Superior esses dados são mais alarmantes, do total da população brasileira com Curso Superior concluído, apenas 24,7% eram negros e 73,2% eram brancos.

Muitos são os fatores de defasagem, evasão e exclusão escolar, que geram *cidadãos mutilados*, jovens negros sem cidadania, considerando que segundo Santos (1996/1997, p. 133) ser cidadão completo é:

[...] ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos.

Logo, a população negra é mutilada de uma cidadania completa, é desprovida dos direitos sociais frente aos privilégios da população branca. Excluída do acesso a esses direitos é mais mutilada no momento em que lhe é negada a uma educação de qualidade e que preze seus valores civilizatórios enquanto população negra, sendo negado até o direito de reconhecer seus direitos e afrontar o estado na busca dos mesmos. Entendo o racismo como principal fator de mutilação dentro do sistema de ensino, representando desde o acesso ao mesmo até a ausência de perspectiva positiva dos temas raciais no sistema educativo. Kabengele Munanga enuncia que é necessário:

[...] aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afro-descendentes, apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. (MUNANGA, 2005, p. 16)

Compreendo então que a exclusão dos alunos negros do sistema educacional é parcialmente oriunda do racismo e que a Geografia é um dos instrumentos dessa exclusão, faz-se necessário aqui, expor algumas das formas que o racismo se apresenta dentro do ensino de Geografia e perpetua-o, a partir de tendências hegemônicas. Santos em seus trabalhos sintetiza algumas das dimensões do ensino de Geografia como um dos principais veículos de difusão e reprodução do ordenamento atual do mundo. Apresentarei algumas delas que considero como fundamentais para exclusão e mutilação do corpo negro no ensino de Geografia.

A primeira delas, exposta anteriormente, *geopolítica das identidades*, que “[...] dá esteio à permanência da ideia de raça enquanto reguladora de comportamentos, valores e relações sociais, econômicas e de poder” (SANTOS, 2010, p. 150), junto a uma *divisão dicotômica de mundo* que reforça uma historicidade, geograficidade e corporeidade linear, onde todos devem seguir o caminho dos ditos desenvolvidos, atribuindo poder aos mesmos e negando as expressões históricas e geográficas das populações e espaços tidos como não desenvolvidos. A *visão do mundo contemporâneo* como sendo a narração dos processos europeus, excluindo o protagonismo das populações não brancas e não relacionadas ao continente europeu, reproduzida no ensino como “[...] referenciais históricos e espaciais de periodização e regionalização [...] resultantes diretos dos processos e interesses eurocentrados” (*idem*). A partir da naturalização dessas dimensões, as mesmas se inserem dentro do ambiente escolar, produzindo noções de poder estabelecidos pela corporeidade e dos instrumentos pedagógicos do Ensino de Geografia, como a cartografia e os livros didáticos.

A visão de mundo eurocentrada, difunde uma cartografia tecnicista e cartesiana, como sendo “[...] *única forma de expressão espacial do mundo*, [...] referências de espaço, de tempo e das existências sociais.” (*idem*). Estabelecendo um instrumento de poder, que invisibiliza a existência de grupos sociais, conflitos, saberes, experiências e formas de relação com o mundo, ou seja, no nosso caso exclui os negros de representação cartográfica e posição de poder dentro desse instrumento oficial difundido nos ambientes escolares.

Já os livros didáticos, são a materialização da difusão dessas dimensões. São neles que todas essas e outras dimensões estão representadas, é no instrumento oficial de codificação do conhecimento que essas se estabelecem, por fim, como verdade. Como aponta Santos (2011, p. 16) são neles que a *imagem do negro* é subjetivada pelos alunos, imagem geralmente tratada negativamente, tanto expressas quantitativamente quanto qualitativamente, nas suas expressões sociais, profissionais e espaciais. São também nos *temas* atribuídos aos negros, a forma e modo abordados pelos livros, que fortalecem a naturalização do corpo e espaço negro como sendo passível de dominação e invisibilização. Por fim, na *estrutura* dos livros didáticos, que refletem discursos classificatórios de espaços associados a grupos sociais, construindo uma visão de mundo eurocentrada. Cabe aos educadores se posicionar criticamente aos livros didáticos para dar fim ao ordenamento de poder estabelecido por ele, como canta Emeicida (2015) “[...] Gente só é feliz. Quem realmente sabe, que a África não é um país. Esquece o que o livro diz, ele mente. Ligue a pele preta a um riso contente [...]”,

podendo, assim, construir uma educação antirracista, que trabalhe para a manutenção do corpo negro nos espaços escolares e com os seus valores civilizatórios.

#### **1.4. A Lei 10.639/03 na busca do ensino de Geografia como educação antirracista**

<i>Não sou urubuwww.fora pra comer a carniça do Ocidente e a podre culpa de brancos</i>	<i>Sou a ave da noite Sou ávida noite que bate asas de vento e traz um canto agourento ao sonho dos opressores e traz um canto suave a despertar outras aves pro revoar da justiça.</i>
---	---

*(Cuti)*

Em contraposição ao racismo e as suas formas de expressão na sociedade brasileira e dentro do ambiente escolar, após muita luta do Movimento Negro, Movimento Indígena e social, são aprovadas alterações a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, implementando as Leis 11.645/08 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e a 10.639/03 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Apesar da Lei 10.639/03 não tratar especialmente da disciplina de Geografia, traz a obrigatoriedade em todo o currículo do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, apresentando como conteúdo programático “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (BRASIL, 2003)

Entendo assim, que cabe também a nós professores de Geografia inserir a temática nas nossas aulas. Renato Emerson dos Santos (2010), a partir e junto do seu grupo de pesquisa, traz as possibilidades de trabalho dentro do ensino de Geografia da temática negra. Destaco aqui, as que se tornam fundamentais para o nosso trabalho. O combate ao *branqueamento do território*, que se dá a partir de uma política de branqueamento da população, apresentada aqui como genocídio da população negra, não evidenciado nos ambientes escolares, devido ao mito da democracia racial, assim como as *experiências de espaço* dos indivíduos e grupos, aqui apresentadas também como Geografias do corpo.

Para combater a disseminação das narrativas de *branqueamento do território*, dentro dos ambientes escolares, devemos problematizar o ideário de nação brasileira, devendo então ser trabalhado no Ensino de Geografia não apenas a política de branqueamento, “[...] mas sua dimensão espacial, o que pode revelar o quanto suas consequências são atuais e estão grafadas nas dimensões concreta e simbólica do território e das regiões brasileiras.” (SANTOS, 2010, pg. 154).

Apresentando assim as diversas dimensões dessa política, como o branqueamento da ocupação do território, onde a política de imigração e colonização, política de branqueamento da população, se dava ao mesmo tempo como política de ocupação por brancos, em áreas consideradas vazias, mas ocupadas por exemplo por negros em quilombos. Outra dimensão apresentada por Santos (2010), reflexo da primeira é a de branqueamento da imagem do território, pois a historicidade dos locais que sofreram branqueamento populacional e territorial é contada a partir de narrativas monopolizadas dos processos de ocupação dos brancos, permitindo a localização de indivíduos e grupos nas relações de poder, na definição de projetos de sociedade e território. Torna-se então, instrumento de exclusão, hierarquização e subalternização social da população negra, a partir da eliminação da presença de outros grupos enquanto protagonistas dos processos históricos tendo impactos fundamentais sobre a constituição de pertencimentos de indivíduos e grupos com o território, o que está na própria base da função da Geografia enquanto saber escolar: eles pertencem ao território e o território lhes pertence (SANTOS, 2010).

Já a terceira dimensão, a de branqueamento cultural do território, se dá a partir das duas primeiras, onde a eliminação da presença de grupos e indivíduos não brancos, oculta das narrativas, as matrizes, signos e símbolos culturais desses grupos, que possibilitam a constituição de identificação de territórios, lugares e regiões com somente os processos dos

brancos. É o caso do nosso Estado, onde a sua formação representada no Ensino se dá como de Europa brasileira, onde a presença e contribuição negra e indígena é invisibilizada.

É a partir dessas dimensões e outras, que podemos contrapor o modelo de educação racista, utilizando do ensino de Geografia, consideramos a busca por um ensino de Geografia antirracista, ou seja um ensino de Geografia comprometido com a igualdade racial, que compreenda as expressões espaciais das relações raciais e do racismo e as resistências ao mesmo, dentro dos currículos, materiais didáticos e práticas de ensino.

## 2. ENCRISPAMENTO

<p><i>Cabelo carapinha, engruvinhado, de molinha, que sem monotonia de lisura mostra-esconde a surpresa de mil espertas espirais, cabelo puro que dizem que é duro, cabelo belo que eu não corto à zero, não nego, não anulo, assumo, assino pixaim, cabelo bom que dizem que é ruim e que normal ao natural</i></p>	<p><i>fica bem em mim, fica até o fim porque eu quero, porque eu gosto, porque sim, porque eu sou pessoa negra e vou ser mais eu, mais neguim e ser mais ser assim.</i></p> <p style="text-align: right;"><i>(Oliveira Silveira)</i></p>
--	--

Para discutir o pressuposto de encrespamento e de que forma os instrumentos didáticos propostos e apresentados aqui podem encrespar e tornar o ensino de Geografia em uma educação territorial antirracista. Partimos de algumas noções geográficas. A primeira delas apresentada por Renato Emerson dos Santos (2007, p. 35) é a de *alisamento (analítico) do espaço* juntamente com a noção de *rugosidade* de Milton Santos (2006, p.92) nos coloca em debate como o ideário de um espaço homogêneo a partir de uma ótica branca invisibiliza as marcas, ou seja, as contribuições espaciais dos não brancos, aqui explicitamente, negros no espaço. A segunda é como o ideário de espaço liso constrói instrumentos de perpetuação e reprodução do mesmo, *cartografias lisas*. Desde os mapas do período mercantil, que localizavam a Europa no centro e topo do mundo até os mapas atuais, que perpetuam essa noção eurocentrada e racista, excluindo os negros, suas contribuições espaciais, sociais, culturais e resistências frente a um espaço homogeneizado. Essas por sua vez refletem na escala corporal, compreendendo o *corpo* como escala geográfica fundamental de leitura da população negra no espaço, da própria leitura do corpo negro sobre o espaço e dos outros corpos no espaço.

Tendo como base a noção elaborada por Renato Emerson dos Santos, de *alisamento (analítico) do espaço*, que “[...] cria imagem de inexistência de grupos em diversas áreas, autoriza (às vezes, até judicialmente!) violências de toda sorte contra estes grupos [...]” (2007, p. 35), entendendo aqui esses grupos como a população negra. Compreendemos que o racismo constrói representação e imagens do território, que invisibilizam as geografias da população negra, permitindo a manutenção da ordem de dominação racial. Ou seja, alisando



as *rugosidades* – “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (2006, p. 92). É necessário expor esse modelo de leitura do mundo para o contrapor com modelos *encrespados*, que possibilitem uma leitura antirracista do espaço, onde a presença de corpos diversos seja fator fundamental de interpretação do espaço, permitindo um espaço de conformação das subjetividades dos diversos grupos que compõe a população brasileira.

O ideário de espaço liso, por sua vez, constrói instrumentos de representação do mesmo, nos ateremos aqui as *cartografias lisas*. As diversas cartografias utilizadas para representação do espaço e principalmente utilizadas como material didático no ensino de Geografia, de uma forma geral, perpetuam esse ideário, perpetuando uma construção de visão de mundo e de posição no mundo. Face a isso, propomos também cartografias *encrespadas*, cartografias sociais, que valorizem também as contribuições sociais, econômicas e espaciais da população negra, para dar fim a forma tida como única de

[...] expressão espacial do mundo, critério de verdade e de existências naturais e sociais, decorrente das possibilidades da racionalidade técnica subjacente ao processo de elaboração dos mapas – que são, melhor dizendo, limitados por esta racionalidade às formas científico-ocidentais de ver o mundo, de expressar referenciais de espaço, de tempo e das existências sociais. (SANTOS, 2011, p. 12)

Negar e extrapolar esse ideário são de extrema importância para o ensino de Geografia, pois a forma como os alunos negros se veem representados (ou não) nos mapas, constrói seu posicionamento no mundo, tanto social quanto espacial e principalmente afeta a construção da sua identidade, refletem na escala corporal.

Compreendendo o corpo como escala fundamental de leitura da população negra no espaço, é necessário pensar as geografias do corpo que:

Exploram relações do corpo com o espaço, do corpo com outros corpos e do corpo consigo mesmo. Uma nova práxis em que a imaginação simbólica está presente na experiência corporificada como ponto de partida para analisar a participação humana em mundo cultural e a instauração de espaços de ação, espaços estes que estão associados à linguagem, significações, representações e imaginários. (NUNES; REGO, 2011, p. 104)

Pensar a Geografia a partir da escala corporal é necessário, pois devido a estrutura racista da sociedade brasileira, onde o corpo negro ainda é lido como submisso, e

consequentemente como não cidadão, onde as leituras se fazem pela cor da pele, pele estética corporal do negro como evidencia Santos (1996/1997, p. 135), a partir de sua própria experiência como corpo negro no espaço:

Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade.

Logo, independe a posição ocupada socioespacial e economicamente do indivíduo negro, no geral somos lidos, a partir do imaginário racista da sociedade. Devido os diversos processos de mutilação desses corpos, desde o alisamento do espaço até a negação de presença nos instrumentos desse alisamento. O corpo negro é indesejável nos espaços de poder, riqueza, cultura, educação, etc., só não quando é legitimador das experiências atribuídas a ele.

As experiências corporais, da população branca para a população negra, são diversas. Dessa forma é imperdoável manter a leitura do espaço como homogêneo e branco/eurocentrado. A manutenção desse ideário, dessa Geo-grafia dos comportamentos e práticas das relações raciais, somada à distribuição espacial dos grupos sociais, constitui espacialidades materiais e simbólicas vinculadas às subjetividades, intersubjetividades e identidades dos indivíduos e grupos sociais, dos corpos, pois a mesma define a dinâmica das relações entre os grupos e a própria legitimidade da existência e da ação dos grupos (SANTOS, 2007). Possibilita a mutilação do corpo negro e impossibilita as formas de resistência do corpo negro à essa leitura, ao atual modelo de organização socioespacial e a estética estabelecida a ele.

Dessa forma o *encrespamento* se dá como resistência a essas noções, pois essas refletem também dentro dos ambientes e instrumentos de ensino. A resistência se dá no momento em que há o reconhecimento dos corpos negros de forma valorativa e positivada dentro dos currículos e nos instrumentos. Onde se coloca que o negro não é referencia de pobreza, de sujo, de feio, não negando as condições de periferização as quais somos submetidos, mas trazendo essas condições junto à outras óticas de leitura e representação, que evidenciem as contribuições espaciais dos negros, a sua cultura, seus valores, as suas resistências e a sua estética bela. Como elucidou Janja (Rosângela) em trabalho de campo realizado no Quilombo dos Alpes no início dos projetos, dizendo que a imagem de satélite, da qual o grupo de pesquisa e extensão, se utilizava para tentar compreender a espacialidade e

geograficidade do quilombo, não era suficiente para nós compreender suas narrativas espaciais, então que seria necessário realizar as trilhas para então entender como se dava essa espacialidade e geograficidade. Dando início a compreensão dos Mapas Falantes, cartografia que falasse, que fosse além da visão cartesiana, lisa, e conseguisse expor as diversas multiplicidades de ações e vínculos com o espaço da comunidade. Pois não basta olhar de cima, é necessário caminhar por baixo, para sentir os crespos do espaço.

Assim se compreende que a produção de materiais didáticos antirracistas, como os Mapas Falantes e o livro conto, possibilitam uma educação geográfica territorial antirracista. Pois os mesmos são construídos tendo como base valores afro-civilizatórios, a partir das narrativas espaciais da comunidade quilombola, que tecem os marcadores territoriais da mesma, seus vínculos com o espaço. Narrativas espaciais que representam o encrespamento do território, resistência ao alisamento do espaço e que quando materializadas em produtos didáticos e inseridas no ambiente escolar encrespam também o ensino de Geografia.

### 3. QUEM ACOLHE E INSPIRA: O QUILOMBO DOS ALPES

A realização desse trabalho não seria possível, sem o acolhimento e disponibilidade da comunidade quilombola do Quilombo dos Alpes. Acolhimento marcado por carinho, paciência e respeito. É sabido que esse acolhimento é característica comum de comunidades negras, considerando os valores afro-civilizatórios. Entretanto, para além do que as teorias me dizem, foi de grande importância poder compartilhar junto a eles, o que lhes é tão sagrado, o seu conhecimento. Sem eles também não bastaria minha inspiração interna, meu percurso de vida não seria suficiente para dar corpo ao trabalho, nem suficiente para marcar e determinar parte da Geografia que desenvolvo.

O Quilombo dos Alpes está localizado entre os bairros Teresópolis e Cascata na cidade de Porto Alegre (Figura 1), tendo como área de maior ocupação de moradias a que encontra-se no bairro Cascata, a área que encontra-se no bairro Teresópolis foi escolhida e destinada pelos quilombolas para preservação da flora e da fauna presentes no morro. É considerado o maior quilombo urbano da cidade, com área aproximada de 58 ha (INCRA, 2014). A luta por regularização fundiária tem seu início a partir da formação da Associação Quilombola Dona Edwirges em 2005, junto com o autorreconhecimento da comunidade, certificado pela Fundação Cultural Palmares, dando início ao processo legal de titulação. A possibilidade de titulação se dá a partir do Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira de 1988, que prevê o dever do Estado em emitir títulos de propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras e do Decreto 4.887/2003 que instrumentaliza as titulações determinando as fases necessárias para: o autorreconhecimento enquanto comunidade quilombola; a elaboração científica de laudo histórico-antropológico; a demarcação e a desapropriação da área e a certificação e a titulação das terras que passam a ser inalienáveis e indivisíveis para uso comum, sem parcelamento por lotes.

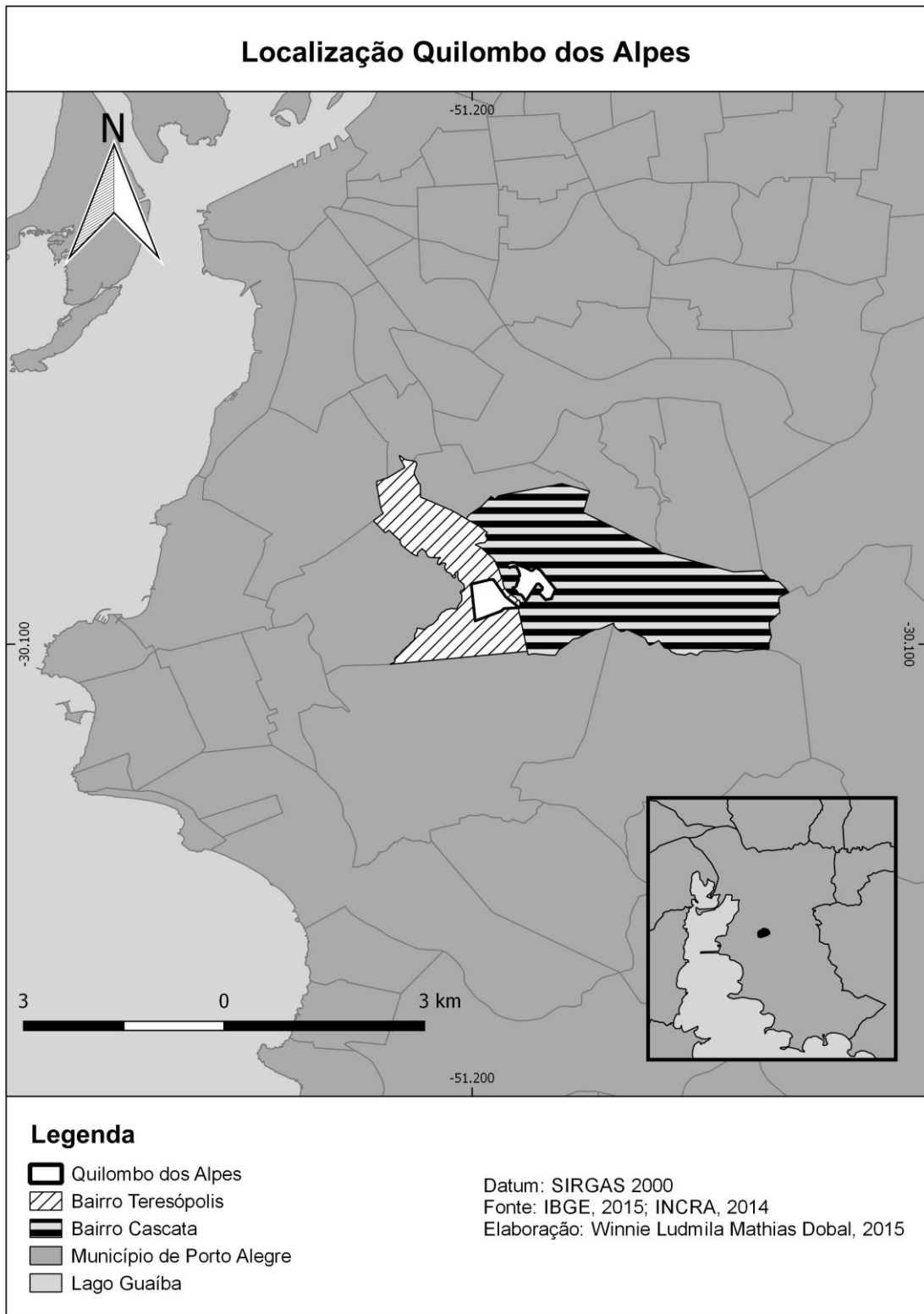
Não existe uma linearidade histórica da formação do quilombo, sabe-se que provavelmente em meados de 1930, Edwirges Francisca Garcia da Silva, a Dona Edwirges, matriarca do quilombo, base das relações de parentesco e mito fundador do quilombo, deixou a região de Vacaria/RS em direção ao extremo sul da cidade de Porto Alegre, área hoje ocupada pelo quilombo. Sendo considerada a primeira moradora da região, ali viveu e morreu até o que se acredita serem seus 108 anos de idade, estabeleceu-se e criou laços e relações

com o território, assim como seus seis filhos e posteriormente os seus descendentes. Sendo assim, Dona Edwirges e seus familiares, vivenciaram, presenciaram e auxiliaram a construção do entorno do quilombo e da cidade.

A relação da comunidade com o território se dá para além de moradia, ela é evidenciada pelos *marcadores territoriais*, pelas trilhas sagradas e de convivência familiar, pelos pontos sagrados, como espaços de oferenda e de representação de orixás segundo a religião de matriz africana, assim como locais de antigas moradias da matriarca e familiares, como o Capão da Vó e a Caverna da Tia Jaci, que configuram os *marcadores territoriais* e são alicerce e fio condutor das *narrativas espaciais* da comunidade.

A comunidade localiza-se em uma das áreas mais altas da cidade, entre o Morro da Glória com altitude de 279 m e 262 m no Morro do Teresópolis. A grande altitude e a localização na zona sul da cidade, possibilita, o que a maioria dos visitantes e dos agentes imobiliários que disputam o território, consideram como sendo o elemento de valorização do território, uma vista privilegiada da cidade, podendo ser visto também a região das ilhas. Entretanto, apesar dos quilombolas reconhecerem a beleza da vista, como a Dona Edwirges e a Janja, onde durante a noite a Dona Edwirges considerava a cidade como vagalumes, para Janja a vista não é o que determina o valor do território, muito pelo contrário, a vista faz com que fiquemos de costas para o quilombo. O que determina o valor do território para eles são os locais onde brincavam na infância, as antigas moradias, a vasta vegetação - contendo ainda resquícios de vegetação nativa e original da Mata Atlântica - a lagoa, a fauna e etc.

Ou seja, são os *marcadores territoriais*, as trilhas, o sentimento e vivência da comunidade com o território - *vínculos territoriais* - as suas práticas, fazeres e saberes, esse olhar atento para dentro, que dão forma ao que considero uma possibilidade de geração e produção de conteúdos geográficos para uma educação territorial antirracista.



**Figura 1 – Mapa de Localização do Quilombo dos Alpes em Porto Alegre**

Fonte: Elaboração de Winnie Dobal

#### 4. PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho que se iniciou em 2013, com a turma da Professora Cláudia da disciplina de Organização e Gestão Territorial, do curso de Geografia da UFRGS, demandado pela comunidade, para valorização dos seus saberes e fazeres, suas geo-grafias, se materializou na realização do mapeamento participativo do quilombo e que tem continuidade até hoje. Busca a produção de Cartografias Sociais e a partir da pesquisa-ação<sup>1</sup>. Atualmente o trabalho extrapolou os limites da disciplina e é desenvolvido pelo grupo de pesquisa e extensão do laboratório NEGA, formado por mestrandos e graduandos, integrantes dos projetos de extensão Tambores de Oxum: Geo-Grafias e Educação Quilombola e Mapas Falantes: o Descobridor-Caminhos de Territorialidades de Resistências no Quilombo dos Alpes/Porto Alegre/RS e do projeto de iniciação científica Pelas Trilhas do Quilombo dos Alpes, junto a comunidade quilombola do Quilombo dos Alpes.

Na busca da pesquisa-ação, várias foram as formas de atuação e apreensão dos conhecimentos produzidos dentro do quilombo. Tendo como fator fundamental, o que foi levantado pela Janja no início do processo, quando apresentado imagem de satélite, usada como base para o mapeamento, de que era necessário caminhar pelo território do quilombo, nas palavras dela, “mapeamento pelas pernas”, para então poder dar início ao trabalho. Entendo assim, era necessário conhecer o encrespamento do território, para sair da lisura das técnicas, das quais nós geógrafos, estamos acostumados e presos. Junto a esse caminhar pelo território, pelas trilhas do quilombo, foi necessário ouvir, sendo o Quilombo dos Alpes, uma comunidade tradicional de matriz africana, está marcado na sua identidade a oralidade, então é partir também da escuta das narrativas da comunidade que apreendemos as suas geo-grafias.

---

<sup>1</sup> Entendesse por Cartografia Social, como modo de produzir mapeamento participativo, que visa questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica, através da ligação dos atores com o território, da construção do território pelos atores e da mobilização dos atores através do território, para então transformar os atores e o território, sendo que essa produção só se dará quando os atores estão associados aos conhecimentos sobre o território e técnicos (ACSELRAD, 2008). Para fundamentar esse modo de mapeamento participativo, utilizamos da metodologia de Pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005), que tem como objetivo possibilitar meios de respostas aos problemas da situação que os atores se encontram, ou seja ação transformadora, tendo com base a participação efetiva dos atores, nas tomadas de decisão, na apreensão dos conhecimentos, na elaboração dos produtos, etc.

Para isso nos utilizamos de trabalhos de campo, que consistem em entradas a campo, em entrar e caminhar pelo quilombo e de rodas de conversa, que consistem em escuta atenta, da história e memória da comunidade vinculada especialmente ao território. Elaborando assim, material didático, composto com as narrativas espaciais do Quilombo dos Alpes, narrativas espaciais, que constituem-se da história, memória, geo-grafias do quilombo, traçando os marcadores territoriais da comunidade. Além dos trabalhos de campo e das rodas de conversa, são realizadas atividades de avaliação dos pré-materiais junto a comunidade e reuniões e atividades desenvolvidas em laboratório pelo grupo do projeto.

São nos trabalhos de campo, que apreendemos os encrespamentos do território e o encrespamento que o território do Quilombos dos Alpes traz a cidade de Porto Alegre, junto a outras comunidades negras da cidade. Neles que temos contato direto com o espaço do quilombo e com a espacialidade desenvolvida pelos quilombolas, sentimos o tempo meteorológico, os cheiros, as cores, os sabores, os sons, os caminhos e as energias do lugar. Observamos os caminhos traçados de geração em geração pelos morros e vales, assim como os marcadores territoriais construídos e simbolizados por eles.



**Foto 1 – Trabalho de Campo com estudantes de Geografia no Quilombo dos Alpes, outubro/2014.**

Fonte: Acervo NEGA



Utilizando-nos da noção de marcadores territoriais de Henrique (2004), para compreender as marcas da comunidade no território, onde os marcadores são a materialização simbólica da relação da comunidade com o território, necessários a criação, manutenção e reforço da identidade, fornecendo ao território garantia de autonomia coletiva e de reconhecimento e respeito dos quilombolas e da comunidade, tendo eles [...] natureza diversa, põem em evidência uma variedade de sentidos, uma multiplicidade de representações, apresentando por vezes funções sobrepostas, que assinalam e definem os territórios, garantindo a sua originalidade [...] (HENRIQUE, 2004, pg. 13) e que devem ser lidos também a partir do sagrado, marcadores que para a autora, podem ser entendidos a partir de cinco categoriais: marcadores territoriais vivos, religiosos/sagrados, fabricados, históricos e musicais.



**Foto 2 – Janja reconstruindo sua Casa onde viveu a infância, 2013.**

Fonte: Acervo NEGA

As narrativas espaciais da comunidade, ou seja, a localização e condição simbólica dos marcadores territoriais, compreendendo narrativa espacial como histórias contadas conjuntamente com espaços e pessoas, histórias que se desenvolvem a partir de vínculos com o espaço, que transmitem pela vivência e experiência no espaço e principalmente pela oralidade, as emoções, sensações, experiências, trajetórias e memórias do narrador. São apreendidas pelas rodas de conversa com a comunidade quilombola. São nelas que são ofertados ao grupo os saberes e fazeres, as geo-grafias, da comunidade, pelos quilombolas. Numa relação de conversa horizontal, onde os produtores do conhecimento são os quilombolas e nós pesquisadores somos ouvintes, que somos presenteados, com as memórias da comunidade sobre e no espaço.



**Foto 3 – Roda de conversa com a Janja – Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, julho/2015.**

Fonte: Acervo NEGA

São nesses momentos de relação direta com a comunidade e com o espaço, que compreendemos os vínculos territoriais da comunidade com o território do quilombo. Compreendo vínculos territoriais como (Heidrich, 2006) resultado de ações e/ou práticas sociais de condução e representação da vida, podendo ser apreendidos por três expressões a

apropriação do espaço, que consiste na posse e adequação, a valorização do espaço a partir da prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. e a consciência do espaço, que consiste no sentimento de pertencimento ao território, ou seja, de identidade. São os vínculos territoriais da comunidade que dão forma aos marcadores e as narrativas, dando sentido ao nosso trabalho.

Sendo o trabalho uma busca de pesquisa-ação (Thiollent, 2005), que tem como prioridade e objetivo, uma ação transformadora, que possibilite respostas eficientes aos problemas da situação que a comunidade vive e da sociedade. Que tenha principalmente como fundamento a voz e a vez da comunidade participante e a sua apreensão técnica dos produtos gerados, ou seja, que a comunidade esteja envolvida de modo participativo e cooperativo. Visamos a avaliação da comunidade nos processos que não são desenvolvidos por eles e sim pelo grupo do projeto fora do quilombo. Para isso uma das etapas fundamentais do processo, é o retorno dos materiais/resultados prévios gerados a partir da demanda da comunidade e das suas geo-grafias, para a avaliação pela mesma, em reuniões de avaliação dos materiais.



**Foto 4 – Reunião de avaliação 1ª versão do Mapa Falante – Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, setembro/2015.**

Fonte: Acervo NEGA





**Foto 5 – Reunião de avaliação 1ª versão do Mapa Falante – Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, setembro/2015.**

Fonte: Acervo Nega

#### **4.1. Mapa Falante: instrumento de encrespamento do ensino de Geografia**

Tendo em vista a necessidade de aplicabilidade do disposto na Lei 10.639/03, o projeto estabeleceu parceria com a SMED, representada pelas Assessorias de Educação Ambiental e das Relações Étnico-Raciais. Onde durante o percurso metodológico de produção do material, foram realizadas atividades com alunos da rede municipal de ensino e formação de professores da mesma rede. Essas atividades se caracterizam como resultados prévios, para além do resultado demandado pela comunidade, a produção de material didático. Entretanto como resultado de aplicação da Lei 10.639/03 e da pesquisa-ação que envolve transformação nas práticas e materiais de ensino, ou seja, como resultado prático do encrespamento do ensino de Geografia, a partir das narrativas espaciais do Quilombo dos Alpes, tendo como instrumento par isso o Mapa Falante. Destaco aqui duas dessas atividades, a primeira delas consiste em atividade realizada com educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino, dentro do ambiente escolar, a segunda na realização de trabalho de campo no

quilombo, como formação de professores da rede municipal de ensino da cidade de Porto Alegre.

A atividade realizada na escola Gabriel Obino, escola localizada a mais ou menos 1,5Km do quilombo. Foi desenvolvida em parceria com o LIAU da escola, coordenado pela professora Gisele Laitano e com a SMED, no mês de setembro de 2014. Teve como objetivo, o desenvolvimento de práticas de educação antirracista. Para isso foi realizada atividade com objetos de origem negra e indígena, como tambor, pandeiro, arco e flecha, caxixi, xequerê, e demais objetos. A partir do contato com os objetos, os educandos deveriam escolher um deles dispostos no centro da sala e contar um pouco sobre eles, trabalhando assim a oralidade, a memória e a circularidade. Em um segundo momento foi realizada atividade lúdica, com o Vanderlei, assessor de educação étnico-raciais da SMED, onde foi desenvolvido além da circularidade, a musicalidade e a corporeidade.



**Foto 6 – Atividade na EMEF Gabriel Obino, setembro/2014.**

Fonte: Acervo Nega

Os educandos ainda tecerem uma manta com retalhos de tecidos com motivos africanos, onde puderam desenvolver a cooperação e o comunitarismo, pois era necessária a participação conjunta de todos para a confecção da manta de retalhos.



**Foto 7– Atividade na EMEF Gabriel Obino, setembro/2014.**  
Fonte: Acervo Nega

No final da atividade foi apresentado imagens do quilombo e imagem de satélite da área, para conhecimento da localização do mesmo e de alguns dos marcadores territoriais da comunidade, possibilitando associação dos valores desenvolvidos na atividade com os valores do quilombo.



**Foto 8 – Atividade na EMEF Gabriel Obino, setembro/2014.**  
Fonte: Acervo Nega

Então, a atividade buscou desenvolver alguns dos valores afro-civilizatórios do Quilombo dos Alpes, o que possibilitaria desenvolver trabalho de campo posteriormente de forma qualificada, auxiliando na desconstrução de preconceitos e no respeito à territorialidade da comunidade quilombola. Possibilitando também a leitura qualificada da cartografia social durante o trabalho de campo. Pois a leitura se dá a partir da ludicidade e da compreensão dos valores afro-civilizatórios presentes no quilombo, valores que não são trabalhados dentro do ambiente escolar como forma de conhecimento.

Compreendendo então, que a aplicabilidade de fato da Lei 10.639/03, somente se dará quando os professores estiverem capacitados e munidos de conhecimento necessário sobre as questões raciais e as diversas formas de experiência espacial da população negra. Propomos atividade de formação em conjunto com as Assessorias de Educação Ambiental e das Relações Étnico-Raciais, para professores da rede municipal de ensino. Atividade que destaco aqui como de extrema importância na realização desse trabalho e para a construção de uma educação antirracista. O trabalho de campo, realizado em julho de 2015 com os professores da Rede Municipal de Porto Alegre teve como mote a realização de Trilha Etnobotânica. Seguindo roteiro de acolhimento tradicional da comunidade para público externo, os professores foram recebidos pela comunidade em uma roda de conversa, onde puderam ouvir parte da memória do quilombo, a partir da oralidade de membros da comunidade, assim como conhecer algumas das ervas cultivadas dentro do território e que são utilizadas tanto para a culinária, quanto para fins medicinais e religiosos. Em seguida foram convidados a almoçar, podendo assim experienciar, uma das mais tradicionais formas de materialização cultural e de acolhimento da comunidade, a culinária desenvolvida no quilombo, que é cultivada por gerações.





**Foto 9 – Trilha Etnobotânica com professores da SMED - Sede da Associação Quilombola Dona Edwirges/ Octógono Dejanira, julho/2015.**

Fonte: Acervo Nega

Após o almoço, ocorreu a realização das trilhas do quilombo, onde os professores tiveram a oportunidade de ouvir a memória de alguns dos marcadores territoriais presentes nas trilhas da Casa dos Pretos Velhos, da Pedreira, do Capão da Vó e das Ervas. Para a realização das trilhas, foi utilizado como instrumento uma das cartografias sociais produzidas para o quilombo, possibilitando aos professores, acesso a geograficidade da comunidade, podendo localizar-se no quilombo, por meio do mapa e localizar as diversas trilhas e marcadores territoriais. Além de poder observar as ervas, apresentadas anteriormente, no decorrer da trilha, possibilitando aos professores sentirem seus cheiros, tocar as ervas, recolher mudas, etc.

Sendo assim, a realização dessas atividades possibilitam os primeiros passos dados, na aplicabilidade da Lei 10.639/03, possibilitam a efetivação prática da Geografia como educação territorial antirracista. Pois para efetivação das atividades, foi necessário ao grupo de trabalho propor e refletir práticas de ensino que possibilitassem a apreensão dos conhecimentos gerados pelos quilombolas, pelos professores e educandos da rede municipal



de ensino. Auxiliando assim na produção de conhecimento educacional dos membros do grupo de trabalho.

Acredito também na importância da participação dos sujeitos escolares, educadores e educandos. Pois as atividades possibilitaram o trabalho dos valores afro-civilizatórios da comunidade, auxiliando os educadores na compreensão desses valores e na construção de possibilidades práticas de ensino antirracista. Para os educandos, que são o objetivo da educação antirracista, foi possibilitada a construção e compreensão, não somente dos valores afro-civilizatórios, mas também de conteúdos geográficos, de uma forma lúdica e antirracista.

A efetivação das atividades auxilia também, a comunidade do Quilombo dos Alpes, pois além de trazer visibilidade, dentro da principal instituição de ensino da cidade, dos seus valores, saberes e fazeres, suas geo-grafias. Auxilia na qualificação do acolhimento de grupos externos e educacionais, agregando conhecimento técnico à comunidade.

#### **4.2. Cartografia Social – Mapa Falante**

A construção de cartografia social do Quilombo dos Alpes surge com o objetivo de subsidiar a prática docente, assim como de auxiliar diretamente na disputa territorial da comunidade, sendo instrumento institucional, possibilita a manutenção do território.

Os Mapas Falantes se apresentam como resultado desse trabalho, assim como a efetivação de atividades voltados para educadores e educandos. Entretanto durante o percurso de elaboração dos mesmos outros resultados se apresentaram como urgente pela comunidade, como a construção de um catálogo que traz a partir da memória e ancestralidade da comunidade, a descrição técnica da trajetória da comunidade e dos marcadores territoriais, material solicitado para formação interna, como forma de materialização das histórias contadas de geração em geração. A produção de um pôster, que contenha o Mapa Falante, a descrição das trilhas e marcadores, para uso direto dos visitantes do quilombo, a partir da exposição do mesmo nos trabalhos de campo desenvolvidos pela comunidade. E a produção de um livro conto, pois compreendendo os limites iniciais de fazer um mapa falar, foi proposto também a construção de livro conto, que trouxesse, especialmente as narrativas espaciais da comunidade, a partir da memória, ancestralidade e oralidade da mesma, material que sirva como instrumento didático nos diversos espaços escolares da cidade, para

valorização da historicidade e geograficidade das comunidades negras da cidade, pela trajetória do Quilombo dos Alpes.

Compreendendo a complexidade das geo-grafias da comunidade, previmos a produção de cartografia que representasse não somente uma leitura lisa do território quilombola, mas também uma leitura encrespada, onde estivessem anunciados seus marcadores territoriais, organizados a partir dos valores afro-civilizatórios. Sendo assim seria necessário, a partir do solicitado pela comunidade que a cartografia falasse, ou seja, uma contraposição à ideia cartesiana de cartografia. Produzir um Mapa Falante de comunidade de matriz africana, exige transpor, plotar os marcadores territoriais da comunidade, mas exige também transcender o mapa liso. O mapa falante tem como base pedagógica os valores afro-civilizatórios, propostos por Trindade (ANO):



**Figura 2 – Valores Civilizatórios Afro-brasileiros**

Fonte: Modos de brincar : caderno de atividades, saberes e fazeres (2010)

Pois os valores representam a importância dos princípios civilizatórios da população negra na nossa sociedade, a partir do *Axé – Energia Vital*, que é a potência de vida presente em cada ser vivo, energia circular que se materializa nos corpos dos reinos vegetal, animal e mineral e que em um movimento de *circularidade*, se renova, se move, se expande, transcende de forma horizontal entre os corpos, para a não hierarquização das diferenças

reconhecidas na *corporeidade*. Essa horizontalidade se dá também a partir da importância do valor da *memória*, pois a preservação da mesma possibilita o respeito a quem veio antes e a quem sobreviveu, dando assim respeito a *ancestralidade* presente de diversas formas na nossa sociedade. A *ancestralidade* reflete de forma sagrada, *religiosidade*, pois a presença dela se dá a partir dos lugares de memória, da memória ancestral, que são comuns e coletivas, que foram compartilhadas e tecidas pela *cooperação* e *comunitarismo* e se materializam na fala, no contar história, na *oralidade*, na *corporeidade*. Se materializa também na *musicalidade* e *ludicidade* dos lugares e corpos. É a partir dessa ancestralidade, carregada de Axé, presente nos valores civilizatórios, que se desenvolve possibilidade pedagógica horizontal, que valorize o prazer de viver e as formas de viver da população negra.

Tendo com base os princípios, valores afro-civilizatórios, que se dá a construção do Mapa Falante, onde são representados as trilhas e os marcadores territoriais da comunidade, de forma que se possa compreender a corporeidade dos marcadores. São os marcadores territoriais da comunidade, marcadores vivos, fabricados, religiosos/sagrados, históricos e musicais, a materialização dos vínculos territoriais da comunidade, a Sede da Associação, a Primeira Casa de Dona Edwirges, a Última Casa de Dona Edwirges, a Casa de Pedra, o Poço, a Caverna da Tia Jaci, a Casa dos Pretos Velhos, o Campinho, a Figueira e o Terreiro Centro Africano do Reino de Oxum. Já as trilhas são representadas e organizadas a partir dos percursos da Religiosidade – Trilhas da Casa dos Pretos Velhos, da Figueira, da Lagoa, Trilha da Pedreira; da ancestralidade e memória – Trilhas das Ervas e do Capão da Vó; da oralidade e ludicidade – Trilhas do Mato, do Capão do Tio Wilson e do Capão do Vela e da musicalidade, circularidade, corporeidade e cooperativismo, Trilhas da Associação, da Horta e Pomar e do Campinho.

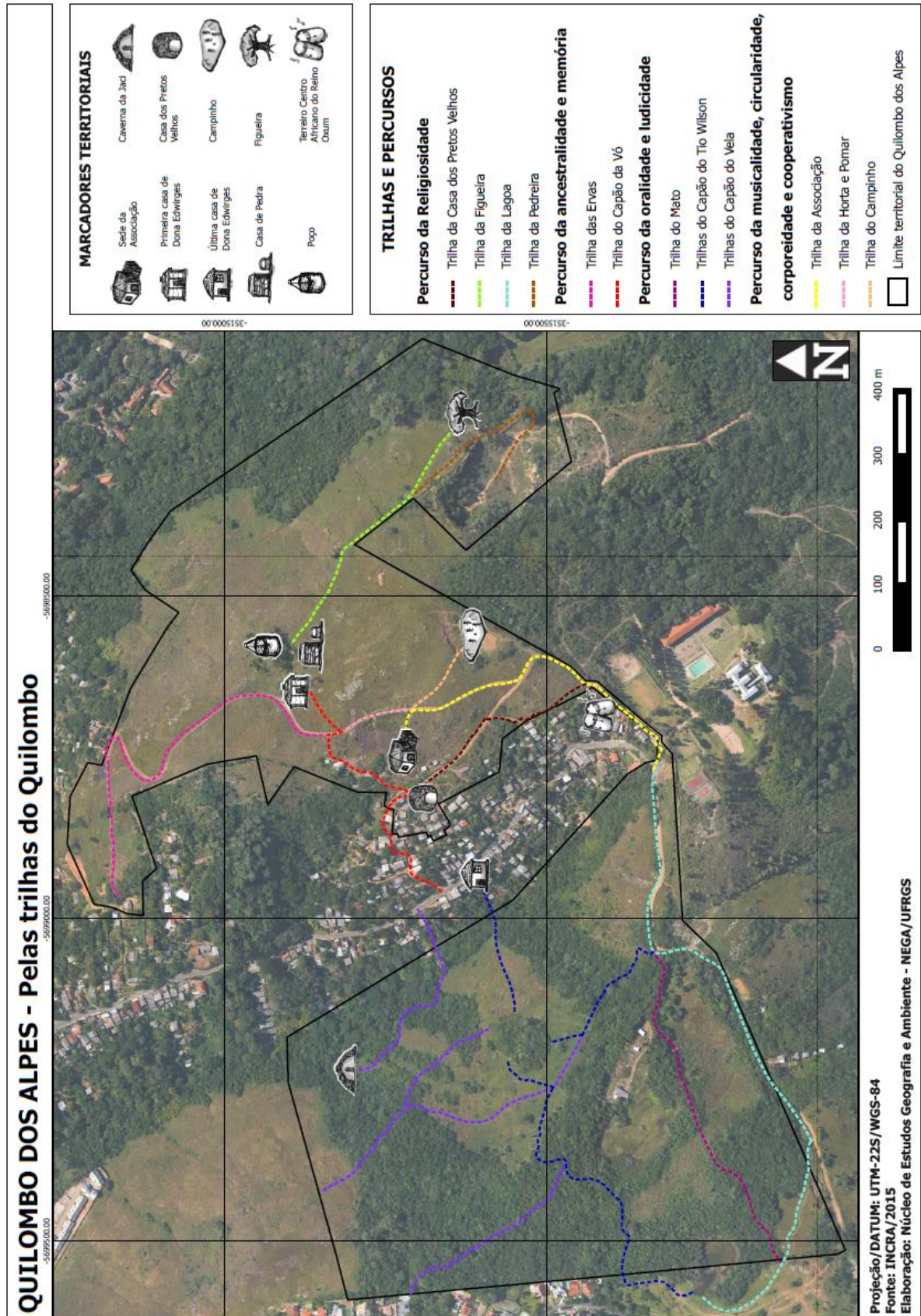


Figura 3 – Mapa Falante: Quilombo dos Alpes – Pelas Trilhas do Quilombo

Fonte: Elaboração Mateus Viegas



## CONSIDERAÇÕES

Tendo em vista a pretensão inicial desse trabalho, discutir os processos de mutilação escolar dos educandos negros e a partir dos elementos dessa mutilação, propor com base na aplicação da Lei 10.639/03 formas e materiais pedagógicos que possibilitassem o ensino de Geografia como educação territorial antirracista. Acreditamos ter conseguido demonstrar que as experiências escolares dos corpos negros no ambiente escolar são diversas das dos corpos brancos e que se considerarmos as inúmeras historicidades e espacialidades da população negra na cidade de Porto Alegre é possível aplicar a Lei 10.639/03 nos ambientes de ensino da cidade.

Para isso propomos o pressuposto de encrespamento, pois para alcançar uma educação territorial antirracista, é necessário considerar a leitura dos corpos no espaço, a leitura que os corpos fazem do espaço e a leitura que corpos distintos fazem sobre eles no espaço. Assim como as diversas formas de representação dessas leituras, trabalhadas aqui como os instrumentos de ensino de Geografia, livros didáticos e cartografias.

Demonstramos que a partir da necessidade de encrespar o ensino, há possibilidades para isso. Possibilidades que são tão importantes para o ambiente escolar assim como para os atores que produzem o conhecimento.

Logo o percurso desse trabalho, atinge diferentes esferas do conhecimento. A primeira delas a de formação de futuros professores de Geografia, onde alunos de graduação tiveram a oportunidade de compreensão e apreensão dos conhecimentos gerados em uma das comunidades negras da cidade. Oportunidade cara, se considerarmos as falhas, dentro do Ensino Superior, falhas de formação de educadores que visem uma educação igualitária, pois os conhecimentos a que tivemos acesso, infelizmente ainda estão longe de adentrar os muros do Ensino Superior. Foi possibilitado além da experiência de conviver com a comunidade Quilombo dos Alpes, ou seja de aprender junto a comunidade os seus valores afro-civilizatórios e as suas geo-grafias, aprender formas pedagógicas de ensino de Geografia, a partir do conhecimento gerado pela comunidade.

A segunda esfera, que abrange os atores, para qual a Lei 10.639/03 se objetiva, os educandos e educadores, assim como o ambiente escolar. Foi atingida, pelas experiências educacionais possibilitadas pelas geo-grafias do quilombo, a partir de atividades tanto de formação aos educadores, quanto de ensino aos educandos, atividades desenvolvidas dentro do ambiente escolar e dentro da comunidade. Foi possibilitado a esses o contato com os

valores afro-civilizatórios da comunidade quilombola, assim como com a sua historicidade e geograficidade, possibilitando a apreensão, de forma diversa ao que geralmente ocorre dentro dos ambientes escolares, de uma educação que vise o respeito, a horizontalidade e que preze as diferentes formas de aprendizagem dos corpos.

Ressaltamos também a importância do trabalho para a comunidade do Quilombo dos Alpes, comunidade que sofre a segregação espacial e as disputas territoriais. O trabalho possibilita a valorização dos saberes e fazeres da comunidade pela sociedade, a partir da visibilidade em instituições de ensino, assim como a manutenção desses saberes pela comunidade a partir da apreensão de novas técnicas oriundas do desenvolvimento do trabalho. Auxilia também na legitimação do território da comunidade a partir da produção de material cartográfico, que grafa as suas geo-grafias, a sua historicidade e espacialidade.

Acreditamos que a produção de materiais didáticos, a partir das narrativas espaciais do Quilombo dos Alpes, materiais que valorizem seus marcadores territoriais, sua memória, sua ancestralidade, e os outros valores afro-civilizatórios da comunidade, sua espacialidade, seus vínculos territoriais. Possibilitam o encrespamento do ensino de Geografia, ou seja, possibilitam uma educação territorial antirracista, que considere as experiências dos corpos negros no ambiente escolar e que vise a permanência qualificada desses corpos, a partir do ensino das geo-grafias das comunidades negras da cidade, das suas resistências no espaço, dos seus valores afro-civilizatórios, demonstrada aqui a partir da produção de cartografia encrespada, não lisa.

Assim, esperamos contribuir para a transformação da organização social, contribuição que se dá a partir do ensino de Geografia, esperamos que não se encerre aqui as possibilidades dessa transformação, que esse seja mais um dos passos que a ciência geográfica tem dado na busca de uma sociedade antirracista, sem hierarquias e dominações econômicas socioespaciais baseadas na cor da pele. Que a luta contra o racismo se dê de forma mais efetiva nos ambientes escolares, a partir da visibilidade das resistências e existências das comunidades negras.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BOJ, Clara; DÍAZ, Diego. Ciudad, narrativa y medios locativos. **Arte y políticas de identidad**, Murcia, vol 9, 2013. Disponível em: <http://revistas.um.es/api/article/view/191871>. Acesso em: 08/11/2015.

BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da (Org.). **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/MODOSBRINCAR-WEB-CORRIGIDA.pdf>. Acesso em 08/11/2015.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Diário Oficial da União. Seção 3, n. 38, fev. 2014.

BRASIL. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília : Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa\\_do\\_Encarceramento\\_-\\_Os\\_jovens\\_do\\_brasil.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf). Acesso em: 12/11/2015.

COSTA, Benhur Pinós da; MACIEL, Jaqueline Lessa. O Território como conceito-chave na educação ambiental – reflexões a partir do projeto comunitário “Jardim Botânico e a comunidade: preservando a flora nativa”. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 31, out. 2006.

EMICIDA. **Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa**. Brasil: SonyMusic, 2015.

FERNANDES, Florestan. O mito da democracia racial. In: Seffner, Fernando. **Presença negra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995.

GEHLEN, Ivaldo (Coord.). **Relatório Sócio, Histórico e Antropológico da Comunidade Quilombola dos Alpes - Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Laboratório de Observação Social, 2007.

GEHLEN, Ivaldo (Coord.). **Estudo Quanti-qualitativo da População Quilombola do Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Laboratório de Observação Social, 2008.

GOES, Fernanda Lira, SILVA, Tatiana Dias (Org.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de Exclusão e Inclusão Social. In: AIGNER, Carlos; Moll, Jaqueline; REGO, Nelson. **Saberes e práticas de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HENRIQUE, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). **Textos de História**, Brasília, vol. 12, n. 1/2, 2004. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6023/4982> . Acesso em: 20/08/2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Brandão, André Augusto P. (Org.). **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf) . Acesso em: 12/11/2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NUNES, Camila Xavier; REGO, Nelson. AS GEOGRAFIAS DO CORPO E A EDUCAÇÃO (DO) SENSÍVEL NO ENSINO DE GEOGRAFIA. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/17> . Acesso em: 10/11/2015.

RATTS, Alex. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 26, v.1, n. 34, jan-jun/2010.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997. Disponível em: [http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas\\_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf](http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf) . Acesso em: 12/11/2015.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, ago. 1996.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/MILTON%20SANTOS/SANTOS,\\_Milton\\_A\\_Natureza\\_do\\_Espa%C3%A7o%5B1%5D.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/MILTON%20SANTOS/SANTOS,_Milton_A_Natureza_do_Espa%C3%A7o%5B1%5D.pdf) . Acesso em 10/10/2015.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as Relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 26, v.1, n. 34, jan-jun/2010.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Tamoios**, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1702/2995> . Acesso em 20/08/2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo . **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_cor.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_cor.php) . Acesso em: 12/11/2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO; Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres, OPAS/OMS, SEPM, 2015. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf) . Acesso em 12/11/2015.